

durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação-FCA-289/2022, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Ciências Aplicadas para a realização dos concursos.

9.7.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Seção de Gestão de Pessoas da Faculdade de Ciências Aplicadas que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.9. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas
NT608 - Fisiopatologia da Nutrição I
Ementa

Introdução à imunologia e reação inflamatória. Fisiopatologia de doenças associadas à nutrição: desnutrição energético-proteica, enfermidades orais, esofágicas, gástricas, intestinais, hepáticas, pancreáticas e das vias biliares. Fisiopatologia das alergias alimentares e de neoplasias.

Objetivos
• Oferecer ao aluno conhecimentos básicos de imunologia e patologia.

• Capacitar o aluno a compreender as alterações fisiopatológicas, metabólicas e/ou bioquímicas de doenças ligadas à nutrição.

Programa
• Introdução à patologia.
• Reação imunológica e inflamatória.

• Fisiopatologia de doenças ligadas à nutrição: doenças do sistema digestivo e glândulas anexas.

• Fisiopatologia da Desnutrição energético-proteica

• Fisiopatologia das alergias alimentares,

• Fisiopatologia do câncer

• Fisiopatologia do paciente crítico (sepsis, queimados e cirúrgico)

NT708- Fisiopatologia da Nutrição II

Ementa
Fisiopatologia de doenças associadas à nutrição: obesidade, magreza, distúrbios alimentares, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, síndrome metabólica, doenças renais, pulmonares, anemias e na Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Objetivos
Oferecer aos alunos os conceitos de fisiopatologia nas doenças renais: aguda e crônica, doenças pulmonares e cardiovasculares, doenças endócrinas e obesidade, alterações neoplasias, alergias e nos estágios hipercatabólicos (trauma, sépsis, queimadura e pós-cirúrgico).

Programa
Fisiopatologia nos transtornos alimentares (anorexia e bulimia)

Fisiopatologia na Obesidade

Fisiopatologia nas doenças cardiovasculares

Fisiopatologia nas doenças pulmonares

Fisiopatologia da síndrome metabólica e diabetes mellitus tipo 1 e 2.

Fisiopatologia das doenças renais aguda e crônica e síndrome nefrótica.

Fisiopatologia das anemias nutricionais.

Fisiopatologia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

NT707 - Dietoterapia I

Ementa
Dietoterapia na obesidade, nos distúrbios alimentares, no diabetes mellitus, nas doenças cardiovasculares, na síndrome metabólica, nas doenças renais, nas doenças pulmonares, nas anemias, e na síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS.

Objetivos
Oferecer ao aluno conhecimento e habilidades para utilizar os conceitos dietéticos como recursos terapêuticos nas doenças endócrinas, renais, cardiovasculares, pulmonares, infecto-contagiosas, neoplásicas, em condições de alergias alimentares, e em pacientes queimados;

Capacitar o aluno para prescrever dieta, desenvolver planos de cuidados nutricionais e orientações adequados ao paciente, sempre observando os mecanismos fisiopatológicos das enfermidades;

Reconhecer o papel do profissional nutricionista na equipe multiprofissional das unidades hospitalares.

Programa

-Dietoterapia nas anemias

-Dietoterapia na obesidade

-Dietoterapia nos transtornos alimentares

-Dietoterapia no diabetes mellitus

-Dietoterapia nas doenças cardiovasculares

-Dietoterapia nas doenças renais

-Dietoterapia nas doenças pulmonares

-Dietoterapia na síndrome da imunodeficiência adquirida.

NT900 – Estágio em Nutrição Clínica

Ementa

Estágio desenvolvido em hospitais, clínicas e ambulatórios, onde os alunos aplicam os conhecimentos teóricos da dietoterapia nas unidades de internação.

Programa

Aplicação dos conhecimentos teóricos na prática do cuidado nutricional. Acompanhamento da rotina do nutricionista de nutrição clínica nas atividades desenvolvidas nas enfermarias (unidades de internação): triagem nutricional, leitura de prontuários; anamnese alimentar; avaliação antropométrica; exame físico, análise de exames laboratoriais; realização de diagnóstico nutricional; estabelecimento de condutas e prescrições dietoterápicas e monitoramento de estado nutricional e aceitação das dietas hospitalares durante internação em pacientes portadores de doenças agudas e crônicas, e nos pré e pós-cirúrgicos; desenvolvimento de ações educacionais intra-hospitalar e no momento da alta hospitalar; orientação de alta hospitalar, atendimento ambulatorial, participação em visitas multiprofissional e em reuniões multiprofissional com elaboração e discussão de casos clínicos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

EDITAL 14/2022

O Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Administração, nas disciplinas GL608 – Administração de Sistemas de Informação, MG405 – Jogos Empresariais e Inteligência de Negócios, PG003 – Tópicos Especiais em Políticas Públicas III: Políticas Públicas Baseadas em Evidência e NC019 – Sociedade da Informação, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:

1.2.1. Graduação e/ou Doutorado em Administração, Administração Pública ou áreas afins, experiência docente em nível de graduação e/ou pós graduação e experiência em pesquisa que

contemple as áreas de gestão em organizações do setor privado e do setor público.

1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável NÃO será indeferida por este motivo.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/2001, cujo texto integral está disponível no sítio: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=5&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

a) RTP – R\$ 2.315,38

b) RTC – R\$ 5.877,38

c) RDIDP – R\$ 13.357,49

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicitada.dados.unicamp.br/concurso/> no período de 40 (quarenta) dias úteis, a contar de 9 horas do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição, requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do(a) Faculdade/Instituto, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em forma digital (pdf, máximo 10MB);

c) um exemplar de memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB), com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae e studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB cada);

e) plano de trabalho, contendo descrição das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão na Faculdade de Ciências Aplicadas bem como proposta preliminar de pesquisa a ser executada no período de 3 (três) anos, contemplando os elementos essenciais de projetos de pesquisa acadêmica, para julgamento pelos pares.

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as provas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.2.4. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) da Faculdade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a(s) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no sítio <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos> a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas

a) prova escrita (peso 1);

b) prova específica (peso 1);

c) prova de títulos (peso 1);

d) prova de arguição (peso 1);

e) prova didática (peso 1);

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.

5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.

5.4.2. Prova Escrita

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. A prova escrita terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam 6 (seis) ou mais candidatos no dia de sua realização.

5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

Prova Específica

5.6. A prova específica será constituída de análise do Plano de Trabalho apresentado pelo candidato na inscrição, na qual a Comissão Julgadora avaliará o domínio do conhecimento e aptidão do candidato na área do concurso, com base nos seguintes aspectos:

a) pertinência e adequação do conteúdo a ser abordado no ensino de graduação e pós-graduação;

b) pertinência e relevância do projeto de pesquisa e sua exequibilidade;

c) pertinência e relevância das atividades de extensão e sua aderência às demais atividades acadêmicas da Faculdade de Ciências Aplicadas;

d) originalidade e exequibilidade da proposta de pesquisa apresentada, considerando sua aderência às áreas de pesquisa da Faculdade de Ciências Aplicadas e/ou oportunidade e viabilidade de abertura de novas áreas.

5.6.1. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova específica.

5.6.2. A prova específica terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam mais de 6 (seis) candidatos no concurso.

Prova de Títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:

a) Título de Graduação;

b) Título de Especialização;

c) Título de Mestrado;

d) Título de Doutorado;

e) Título de Mestrado Profissional;

f) Pós-Doutorado;

g) Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capítulos de livros, etc);

h) Publicações em revistas de circulação nacional/indexadas;

i) Publicações em revistas de circulação internacional/indexadas;

j) Experiência docente;

k) Experiência profissional;

l) Participação em atividades de extensão;

m) Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação-científica, monitoria, estágio);

n) Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;

o) Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;

p) Premiação e distinção acadêmica;

q) Assessoria e consultoria;

r) Produções artístico-culturais;

s) Patentes ou propriedades intelectuais registradas;

5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:

a) A Relevância do tema da produção do candidato na comunidade de especialistas;

b) Dificuldade, raridade e valor que os resultados da produção do candidato têm perante a comunidade científica;

c) Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;

d) Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;

e) Criatividade, inovação e abertura de novas técnicas/temas de pesquisa para a área do concurso;

f) Conhecimento, domínio e maturidade na área do concurso;

g) Compreensão global da área e do impacto da sua pesquisa em áreas vizinhas;

h) Legibilidade e qualidade da difusão dos teoremas/resultados dos textos escritos, e/ou alcance da produção das atividades artístico-culturais do candidato;

5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.

5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos, elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.

Prova de Arguição

5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova Didática

5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática, escrita e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. As provas escrita e específica terão caráter eliminatório, caso compareçam 6 ou mais candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese das provas escrita e específica terem caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final das provas escrita e específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto nos itens 5.5 e 5.6 deste edital;

b) após a atribuição das notas, o resultado das provas escrita e específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;

c) serão considerados aprovados nas provas escrita e específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;

d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados nas provas escrita e específica;

e) as notas atribuídas nas provas escrita e específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso as provas escrita e específica não tenham caráter eliminatório, as notas atribuídas nestas provas deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 2 ano(s), a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13, e Deliberação Congregação-FCA-289/2022, que estabelece os requisitos e procedimentos internos da Faculdade de Ciências Aplicadas para a realização dos concursos.

9.7.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no site www.sg.unicamp.br ou junto à Seção de Gestão de Pessoas da Faculdade de Ciências Aplicadas que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.8. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.9. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas
GL608 – Administração de Sistemas de Informação
Ementa
 Tecnologia da Informação: conceitos fundamentais. Sistemas de informação. Gestão do conhecimento. Tecnologia da informação e desempenho empresarial. Negócios na era digital. Segurança da informação. Tecnologias e ferramentas emergentes.
Objetivos
 • Construir coletivamente conceitos fundamentais sobre sistemas de informação (SI) e gestão do conhecimento (GC);
 • Capacitar o aluno a ter uma visão abrangente sobre a área de SI, suas conexões e contribuições na prática de gestão organizacional;
 • Desenvolver senso crítico e capacidade para contextualização, identificação e solução de problemas organizacionais tendo como suporte os sistemas de informação;
 • Familiarizar o estudante aos desafios e oportunidades nas áreas.
Programa
 • Fundamentos teóricos de tecnologia da informação e sistemas de informação;
 • Gestão do conhecimento.
 • Tecnologia da informação e desempenho organizacional.
 • Negócios na era digital.
 • Segurança da informação.
 • Tecnologias e ferramentas emergentes.
MG405 – Jogos Empresariais e Inteligência de Negócios
Ementa
 Visão sistêmica da administração de empresas e das competências gerenciais. Conceitos e histórico dos jogos empresariais. Inteligência de negócios: evoluções e tendências. Processos e ferramentas da utilização da tecnologia da informação nas empresas. Big data e inteligência analítica nos negócios. Simulação de ambientes competitivos por meio de jogos empresariais, com foco na tomada de decisões que envolvem tecnologia e sistemas de informação.
Objetivos
 Integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em simulações de situações empresariais que envolvem a tecnologia da informação. Exercitar o processo de tomada de decisões gerenciais e equacionar soluções aos problemas apresentados. Compreender as oportunidades e desafios dos sistemas de informação e recursos tecnológicos disponíveis.
Programa
 - Jogos empresariais: conceitos e histórico.
 - Evoluções e tendências da inteligência de negócios.
 - Tecnologia da informação e os sistemas integrados e de apoio à decisão.
 - Simulação de ambientes empresariais competitivos com situações que envolvem tecnologia da informação.
PG003 – Tópicos Especiais em Políticas Públicas III: Políticas Públicas Baseadas em Evidência
Ementa
 Políticas públicas baseadas em evidência (PPBES) e seus métodos. O processo data – driven na gestão de políticas públicas. Uso de Big Data e IA no setor público. Dados Observacionais. Busca de evidências. Fontes de evidências. Extração de dados. Uso de RCT's e os dilemas de experimentação. Análise custo-benefício e custo-efetividade. Implementação de ambientes que permitem o uso intensivo de dados. Gamificação e o governo aberto. Métricas para gamificação. Aplicações em políticas públicas setoriais nacionais e internacionais.
Objetivos
 Desenvolver nos estudantes competências em coleta, tratamento e utilização de evidências quantitativas para monitoramento, avaliação e gestão de políticas públicas. Oferecer aos estudantes ferramentas e métodos de gestão de dados aplicados a políticas públicas.
Programa:
 • Relevância de usar evidências para formulação e análise de políticas públicas;
 • O processo data – driven na gestão de políticas públicas. Uso de Big Data e IA no setor público. Implementação de ambientes que permitem o uso intensivo de dados;
 • A transformação de dados e informações em evidências: dados observacionais, fontes de evidências, extração de dados;
 • Métodos analíticos da abordagem Políticas Públicas Baseadas em Evidências (PPBES)
 • Referências e modelos metodológicos da gestão de dados em monitoramento e avaliação de políticas públicas.
 • RCT's e os dilemas de experimentação no campo das políticas públicas. Análise custo-benefício e custo-efetividade.
 • Gamificação e o governo aberto. Métricas para gamificação.
 • Aplicações em políticas públicas setoriais nacionais e internacionais.
NC019 – Sociedade da Informação
Ementa
 Sociedade da informação e economia do conhecimento. Ciberultura. Fluxos de informação. Convergência digital. Internet e movimentos sociais. Inclusão/exclusão digital. Governo eletrônico e governança eletrônica. Organizações em rede. Redes sociais.

Objetivos
 A partir de uma perspectiva interdisciplinar, o curso preten- de discutir as dinâmicas recentes no âmbito do que se conven- cionou chamar Sociedade da Informação. Espera-se que o curso ofereça elementos que permitam que os alunos possam avaliar criticamente o significado dessas dinâmicas e seus efeitos sobre a economia, a política e a cultura.

Programa
Bloco 1 A emergência da Sociedade da Informação
 - Sociedade da Informação, sociedade em rede e economia do conhecimento;
 - O papel das tecnologias da informação e da comuni- cação;
 - Globalização e tecnologia.
Bloco 2 Novas tecnologias e cultura
 - A co-construção das TIC e da cultura contemporânea;
 - TIC e mídia;
 - Jogos eletrônicos.
Bloco 3 - Tecnologias da informação e da comunicação: novas possibilidades de organização social?
 - Experiências de governo eletrônico;
 - Redes sociais;
 - As tecnologias da informação e da comunicação e o futuro da tecnologia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS
EDITAL 15/2022
 O Diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universi- dade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Núcleo Básico de Saúde, nas disci- plinas SL104 - Saúde e Sociedade, SL110 - Saúde e Sociedade, SL205 - Saúde Coletiva, SL403 - Saúde Coletiva e Epidemiologia, NT306 - Metodologia de Pesquisa Aplicada à Nutrição e NC504 - Debates Interdisciplinares em metabolismo, movimento e ali- mentação, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO
 1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.
 1.2. É desejável que o candidato tenha o seguinte perfil:
 1.2.1. Formação: Graduação em Saúde Pública, Medicina, Enfermagem, Nutrição, Ciências do Esporte, Educação Física, Terapia Ocupacional, Ciências Biomédicas, Farmácia, Fisiotera- pia, Odontologia, Fonoaudiologia, Psicologia, com Doutorado em Saúde Coletiva ou áreas afins e atividades de pesquisa na área de Saúde Coletiva aplicada a Nutrição e/ou Esporte; Demonstr experiência/potencial que o habilite a assumir disciplinas e a orientar pesquisas em nível de graduação e de pós-graduação; Possuir experiência em ensino de graduação; Apresentar formação e/ou atuação interdisciplinar aderente à área do concurso; Apresentar produção científica regular quali- ficada na área do concurso; Apresentar experiência/potencial em atividades de extensão.
 1.2.2. A inscrição do candidato que deixar de atender ao perfil desejável não será indeferida por este motivo.
2. DO REGIME DE TRABALHO
 2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.
 2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candi- dato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresenta- ção de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Per- manente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (CPDI), para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP).
 2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU -A-02/2001, cujo texto integral está disponível no site: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=5&id_norma=2684.
 2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no con- curso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.
 2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:
 a) RTP – R\$ 2.315,38
 b) RTC – R\$ 5.877,38
 c) RDIDP – R\$ 13.375,49
3. DAS INSCRIÇÕES
 3.1. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente por meio do link <https://solicitada.dados.unicamp.br/concurso/> no perí- odo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar de 9 horas do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado (DOE), até 23 horas e 59 minutos do último dia do prazo de inscrição.
 3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado, por meio do sistema de inscrição, requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do(a) Faculdade/Instituto, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:
 a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou docu- mento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;
 b) documento de identificação pessoal, em forma digital (pdf, máximo 10MB);
 c) um exemplar de memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB), com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:
 c.1. títulos universitários;
 c.2. curriculum vitae et studiorum;
 c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;
 c.4. títulos honoríficos;
 c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;
 c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminá- rios dos quais participou.
 d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial, em forma digital (pdf, máximo 10MB cada);
 e) plano de trabalho, contendo descrição das atividades a serem desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão na Faculdade de Ciências Aplicadas bem como proposta preliminar de pesquisa a ser ex- ecutada no período de 3 (três) anos, contemplando os elementos essenciais de projetos de pesquisa acadêmica, para julgamento pelos pares.
 3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou comple- tado até a data fixada para o encerramento das inscrições.
 3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, tem- porária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momen- to da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.
 3.2.3. No ato da inscrição o candidato poderá manifestar por meio do sistema de inscrição a intenção de realizar as pro-

vas na língua inglesa. Os conteúdos das provas realizadas nas línguas inglesa e portuguesa serão os mesmos.

3.2.4. A Unicamp não se responsabiliza por solicitação de inscrição pela internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestiona- mento de linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.2.5. Após realizar a inscrição no link indicado no item 3.1, com envio dos documentos solicitados, o candidato confirmará a inscrição e receberá um protocolo de recebimento de seu pedido de inscrição.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) da a Facul- dade de Ciências Aplicadas, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a(s) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será sub- metido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos> a deli- beração da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiverem os requerimentos de ins- crição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no site <http://www.fca.unicamp.br/portal/pt-br/fca-pessoas/institucional-concursos>, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA
 4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Con- gregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.
 4.1.1. Pelo menos 02 (dois) membros da Comissão Jul- gadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.
 4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classi- ficando os candidatos.
 4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.
5. DAS PROVAS
 5.1. O concurso constará das seguintes provas
 a) prova escrita (peso 1);
 b) prova específica (peso 1);
 c) prova de títulos (peso 1);
 d) prova de arguição (peso 1);
 e) prova didática (peso 1);
 5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.
 5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.
 5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.
 5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.
 5.4. Havendo provas de caráter eliminatório, estas devem ocorrer no início do concurso e seus resultados divulgados antes da sequência das demais provas.
 5.4.1. Participarão das demais provas apenas os candidatos aprovados nas provas eliminatórias.
Prova Escrita
 5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.
 5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(s), concedendo o prazo de 60 (sessen- ta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, peri- ódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa, excluindo-se o acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.
 5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).
 5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consul- ta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.
 5.5.4. A prova escrita terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam 6 (seis) ou mais candi- dotos no dia de sua realização.
 5.5.5. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.
Prova Específica
 5.6. A prova específica será constituída de análise do Plano de Trabalho apresentado pelo candidato na inscrição, na qual a Comissão Julgadora avaliará o domínio do conhecimento e aptidão do candidato na área do concurso, com base nos seguintes aspectos:
 a) pertinência e adequação do conteúdo a ser abordado no ensino de graduação e pós-graduação;
 b) pertinência e relevância do projeto de pesquisa e sua exequibilidade;
 c) pertinência e relevância das atividades de extensão e sua aderência às demais atividades acadêmicas da Faculdade de Ciências Aplicadas;
 d) originalidade e exequibilidade da proposta de pesquisa apresentada, considerando sua aderência às áreas de pesquisa da Faculdade de Ciências Aplicadas e/ou oportunidade e viabili- dade de abertura de novas áreas.
 5.6.1. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova específica.
 5.6.2. A prova específica terá também caráter eliminatório, além de classificatório, caso compareçam mais de 6 (seis) candi- dotos no concurso.
Prova de Títulos
 5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.
 5.7.1. Para fins de julgamento da prova de títulos serão considerados os seguintes documentos:
 a) Título de Graduação;
 b) Título de Especialização;
 c) Título de Mestrado;
 d) Título de Doutorado;
 e) Título de Mestrado Profissional;
 f) Pós-Doutorado;
 g) Publicações acadêmico-científicas (artigos, livros, capi- tulos de livros, etc);
 h) Publicações em revistas de circulação nacional/inde- xadas;

i) Publicações em revistas de circulação internacional/ indexadas;
 j) Experiência docente;
 k) Experiência profissional;
 l) Participação em atividades de extensão;
 m) Atividades acadêmicas durante a graduação (iniciação- científica, monitoria, estágio);
 n) Recebimento de bolsa ou apoio para pesquisa;
 o) Participação ou coordenação em projeto de pesquisa;
 p) Premiação e distinção acadêmica;
 q) Assessoria e consultoria;
 r) Produções artístico-culturais;
 s) Patentes ou propriedades intelectuais registradas;
 5.7.2. A Comissão Julgadora adotará os seguintes critérios para julgamento da prova de títulos, considerando a qualidade e o interesse da produção do candidato:
 a) A Relevância do tema da produção do candidato na comunidade de especialistas;
 b) Dificuldade, raridade e valor que os resultados da produ- ção do candidato têm perante a comunidade científica;
 c) Relevância, contribuição e aderência da produção do candidato para a área do concurso;
 d) Impacto científico, artístico, social e de inovação da produção do candidato;
 e) Criatividade, inovação e abertura de novas técnicas/ temas de pesquisa para a área do concurso;
 f) Conhecimento, domínio e maturidade na área do con- curso;
 g) Compreensão global da área e do impacto da sua pes- quisa em áreas vizinhas;
 h) Legibilidade e qualidade da difusão dos teoremas/ resultados dos textos escritos, e/ou alcance da produção das atividades artístico-culturais do candidato;
 5.7.3. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir julgamento da prova de títulos.
 5.7.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos, elaborando parecer circunstanciado que indique os critérios de julgamento e a pontuação atribuída a cada candidato.
Prova de Arguição
 5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ ou sobre o memorial apresentado na inscrição.
 5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.
 5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.
 5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).
Prova Didática
 5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candi- dato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.
 5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.
 5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comis- são Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.
 5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).
 5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.
 5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pon- tos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.
6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS
 6.1. As provas de títulos, arguição, didática, escrita e especí- fica terão caráter classificatório.
 6.1.1. As provas escrita e específica terão caráter eliminató- rio, caso compareçam 6 ou mais candidatos.
 6.1.1.1. Na hipótese das provas escrita e específica terem caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedi- mento:
 a) ao final das provas escrita e específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), conside- rando o previsto nos itens 5.5 e 5.6 deste edital;
 b) após a atribuição das notas, o resultado das provas escri- ta e específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
 c) serão considerados aprovados nas provas escrita e específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
 d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados nas provas escrita e específica;
 e) as notas atribuídas nas provas escrita e específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classifica- ção, nos termos do item 6.3 deste edital.
 6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).
 6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individual- mente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.
 6.2.2. Caso as provas escrita e específica não tenham cará- ter eliminatório, as notas atribuídas nestas provas deverão ser divulgadas no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.
 6.3. A nota final de cada examinador será a média pondera- da das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.
 6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candi- dotos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerer pertinentes.
 6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos cen- tésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesi- mal for igual ou superior a cinco.
 6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.
 6.4.1. O relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.
 6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclama- do pela Comissão Julgadora em sessão pública.
 6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.